

# O ALIMENTO COMO MERCADORIA E AS INTERAÇÕES CAMPO-CIDADE

Felipe Facci Inguaggiato<sup>1</sup>

Tatiane Ferreira Olivatto<sup>2</sup>

DOI: DOI 10.5752/P.2316-1752.2020v27n41p212

## Resumo

212

Os movimentos de urbanização e capitalistas causaram o distanciamento entre a população urbana e a origem de seus alimentos. Os supermercados refletem a visão do alimento como mercadoria e o esvaziamento de interações sociais – os “não lugares”. Este trabalho propõe um levantamento bibliográfico de caráter reflexivo acerca de práticas que conectem as esferas campo-cidade, trazendo um debate acerca das feiras livres, espaços públicos e projetos comunitários. Também são levantadas questões que desencorajem o êxodo rural, como a valorização da agricultura familiar e cooperações.

Palavras-chave: Urbanização no Brasil. Produção Agrícola. Produção Familiar.

---

1. Geógrafo pela Unicamp, mestre em Engenharia Urbana pela UFSCar, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana pela UFSCar. fp.facci@hotmail.com

2. Engenheira Civil pela PUC Campinas, mestranda em Engenharia Urbana pela UFSCar. tatianeolivatto@yahoo.com.br

## *FOOD AS A COMMODITY AND COUNTRYSIDE-CITY INTERACTIONS*

### Abstract

The urbanization and industrialization movements triggered the distance between the urban population and the origin of their food, modifying the countryside-city relations. This work proposes a reflection on this relationship, raising a debate about practices that can narrow them, such as, the appropriation of public spaces for urban agriculture and open markets, in addition to the incorporation of sustainable production. Alternatives that discourage rural exodus are also explored, such as the enhancement of family farming, cooperation and producer-community partnerships.

Keywords: Urbanization in Brazil. Agricultural production. Family Farming. Agroecology. Urban agriculture..

## *LA COMIDA COMO PRODUCTO E INTERACCIONES CAMPO-CIUDAD*

### Resumen

Los movimientos de urbanización e industrialización dispararon la distancia entre la población urbana y el origen de sus alimentos, modificando las relaciones campo-ciudad. Este trabajo propone una reflexión sobre esta relación, suscitando un debate sobre prácticas que pueden estrecharlas, como la apropiación de espacios públicos para la agricultura urbana y los mercados abiertos, además de la incorporación de la producción sostenible. También se exploran alternativas que desalientan el éxodo rural, como la valorización de la agricultura familiar, la cooperación y las alianzas entre productores y comunidades.

Palabras-claves: Urbanización en Brasil. Producción agrícola. Agricultura familiar. Agroecología. Agricultura urbana.

## Introdução

A produção dos meios para a realização das necessidades humanas é, sem dúvida, um ato histórico e, para o processo civilizatório entrar em curso, é necessário a construção de uma relação objetiva com a natureza, transformando-a em processos que garantem a sobrevivência das pessoas. Essa condição impõe no curso da história uma divisão entre campo e cidade – a primeira grande contradição do processo de produção (MARX, 1983). Isso é fruto de uma divisão socio-geográfica do trabalho, que se dá pelo contingente da população que se separa de parte do processo produtivo.

214

Neste sentido, a atividade primária produtiva se dá no campo, satisfazendo as necessidades da cidade. Esta, por sua vez, se expande a partir do momento em que as forças produtivas no campo são suficientes e excedentes para abastecer a cidade (DEÁK, 1991). Desta forma, a manutenção da cidade requer uma acumulação prévia, através do fluxo contínuo de excedentes alimentares entre o campo e a cidade, pressupondo existência de uma classe isolada espacialmente (ROLNIK, 1994).

Com o passar do tempo, o rápido processo de urbanização causou, dentre outros, o distanciamento entre a população urbana e as origens dos seus alimentos, resultando no despreendimento das pessoas sobre o valor

da comida e no desconhecimento do trabalho no campo, desconectando o meio urbano ao rural. O advento das cidades comerciais e industriais remetem a um intenso fluxo comercial e capital (HARVEY, 2006), onde o excedente alimentar é usado para sustentar além de si mesmo, os artífices, visto que a manufatura não se desenvolve sem a existência desse excedente (SINGER, 1979).

Assim, o excedente alimentar transforma-se em valor de troca, fazendo surgir uma nova classe de produtores urbanos, através dos mercadores, especuladores, usuários, etc. (SINGER, 1973). Antes, os camponeses adquiriam bens manufaturados nas cidades, mas mantinham uma produção para autoconsumo. Todavia, o produto urbano reduziu drasticamente a produção de subsistência no campo (SINGER, 1979) e, com o passar do tempo, a divisão entre o trabalho no campo e cidade foi ficando cada vez mais evidente.

Nesse sentido, será abordado no presente artigo o distanciamento das relações entre campo e cidade, atrelado à inserção da produção alimentar como um elemento mercadológico usufruído pelos agentes capitalistas nos espaços urbanos. Também serão avaliadas propostas alternativas para aproximar a interação entre estas esferas, desconstruindo o viés puramente capitalista da produção de alimentos.

O método de análise utilizado é um levantamento bibliográfico de caráter exploratório, baseado em Gil (2002). A fundamentação teórica foi desenvolvida com base em autores clássicos da temática voltada ao planejamento urbano e regional, e em pesquisas mais atuais referentes à agricultura urbana e familiar. Para tal, foram realizadas buscas no portal de periódicos da CAPES e na base de indexação Scopus. Além dessas fontes, principalmente no que diz respeito aos estudos de caso explorados ao longo da pesquisa, foram conduzidas consultas à *websites* governamentais, de notícias em geral e de instituições de ensino e pesquisa.

216

Este artigo é estruturado em quatro seções temáticas, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção temática contextualiza as relações campo-cidade nos países latinos, com foco no Brasil. A segunda explora o alimento como elemento mercadológico, sendo que, na terceira seção esta abordagem é aprofundada numa investigação sobre como os supermercados concretizam a separação de produtores e consumidores, apresentando-se como “não-lugares”. Na última seção temática são apresentadas algumas alternativas, que vão na contramão deste distanciamento, indagando o alimento como promotor de transformação socioespacial.

## As relações campo-cidade nos países latinos: o caso do Brasil

Entender as relações entre a urbanização e industrialização nos países latinos é uma questão complexa, visto suas particularidades, especificidades e contradições (PRADILLA, 1980). Em linhas gerais, a industrialização antecedeu-se a urbanização, e o êxodo rural foi algo estrutural – fruto do desenvolvimento da agricultura capitalista, através da concentração de propriedade e de grandes empresas agrícolas (CASTELLS, 1973; PRADILLA, 1980). O resultado deste processo, da forma como ocorreu, foi a mudança das relações sociais e um drástico processo de desapropriação de terras.

Para entender essas relações na América Latina, cabe olhar também para a subordinação ao imperialismo dos Estados Unidos da América, visto que o Estado é controlado pela burguesia, associando-se aos países centrais (CASTELLS, 1973; FURTADO, 1966).

Todas essas questões associadas fomentaram as desigualdades socioeconômicas e problemas de infraestrutura nas cidades (VILLAÇA, 1999), ainda mais evidentes, se comparadas entre os países ricos (centrais, europeus e norte-americanos) e pobres (periféricos, e.g. latino-americanos) (QUIJANO *apud* CASTELLS, 1973).

Castells (1973), Pradilla (1980) e Villaça (2001) enfatizam a característica de crescimento anárquico dos espaços urbanos, identificando o início de um processo de expansão urbana não compacta e dispersa. Um reflexo desse processo é descrito por Pradilla (1980) através da *Teoria da Marginalidade*, enfatizando que, países latino-americanos são marginais ao desenvolvimento social em relação aos países centrais, e o Estado precisa efetuar políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Em uma escala municipal é importante ressaltar, que a marginalidade, de acordo com Quijano (1973), não representa somente a distância física, mas, também, o distanciamento socioeconômico entre a população que habita as cidades.

218

Com o intuito de abrigar o movimento migratório em grandes centros urbanos, o Estado passa a promover investimentos em infraestrutura e fomentar o desenvolvimento industrial (HARVEY, 1980). Essas questões de infraestrutura são dicotômicas, pois, enquanto alguns cidadãos não as possuem, outros as têm em demasia, uma vez que essas relações são vinculadas ao lucro, denominadas por Engels (1976) de *penúria* da habitação. Esse movimento migratório entre o campo e a cidade, desencadeou o encarecimento dos insumos e o empobrecimento da parte da população – devido aos baixos salários e aumento do desemprego (PRADILLA, 1980).

Compreender essas relações é de suma importância para

entendermos o caráter monopólico dessas problemáticas, e Kowaric (1979) adota o termo *espoliação urbana* para descrever o fato do desigual usufruto do conforto urbano. Ou seja, podemos entender essa terminologia como reflexo da desigualdade social encontrada no espaço urbano – palco das diversas especificidades e privilégios de uma mazela da sociedade - nas etapas rotineiras e cotidianas da população, indo da habitação à questões referentes ao trabalho e acesso a bens de consumo.

No caso específico do Brasil, a partir do século XX, em virtude da industrialização vinculada ao grande avanço agropecuarista, as migrações internas fazem da taxa de urbanização brasileira a mais alta da América Latina (SANTOS, 2003). Desse modo, as condições trabalhistas no campo desvalorizaram-se, devido à mecanização do maquinário agrícola nas lavouras, e o morador do campo, que perde seu vínculo com a terra, busca na cidade uma forma de sustento (SANTOS, 1989). Para efeito de análise, enquanto na primeira metade do século XX apenas 31% da população brasileira vivia em espaços urbanos (aproximadamente 38 milhões de pessoas), esse número chegou, na última década a 138 milhões de habitantes – um aumento de mais de 1000% (MARICATO, 2009).

Todavia, a problemática de divisão territorial no país não é recente, e tem bases e origens em uma sociedade historicamente latifundiária, patriarcal e com grande desi-



gualdade socioeconômica (LEONEL JUNIOR, 2016). Em meados de 1950 os Estados Unidos da América com as Organizações Unidas, dão início a uma política de práticas agrícolas, intitulada por Revolução Verde (MOREIRA, 2013). No Brasil, esse discurso ganha força no final da década de 1960, procedendo mudanças no funcionamento estrutural agrário no país (POZZETTI *et al*, 2019).

Esse modelo sequestrou a relação do trabalhador com o campo, que, agora nos espaços urbanos, via a cidade como uma alternativa de sobrevivência. Devido ao vasto crescimento populacional e espacial do meio urbano sem um planejamento adequado, emergiram problemáticas estruturais nas cidades, dando forma a questões como o desemprego, a miséria e a violência (ROLNIK, 2015; VILLAÇA, 1999). Neste cenário, eventualmente, a *autoconstrução* apresentou-se como parte da solução (MARICATO, 1978) – onde os próprios cidadãos realizam a construção de obras, de forma integrada, na maioria das vezes em regiões periféricas economicamente, indo ao encontro do anunciado na teoria da marginalidade proposta por Quijano (1973).

Paralelamente, a modernização das práticas agrícolas alavancou a colheita e a produtividade no campo, beneficiando o mercado econômico, transformando o Brasil em um país agroexportador (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2015). Nesse contexto, a monocultu-

ra torna-se a principal atividade agrícola, e empresários capitalistas veem o ambiente perfeito para investir (VAN DER PLOEG, 2016). A terra, como meio de produção, torna-se valiosa no mercado capitalista, e sistemas florestais e hortas familiares deram espaço a vastos campos de produção de monocultura e de criação agropecuária (MARQUES, 2018).

Essa configuração da utilização do campo é refletida nos espaços urbanos, onde as empresas do agronegócio ganham força no mercado capitalista – o aumento da procura pelo alimento cresce exponencialmente ao crescimento da população nas cidades. Assim, existe uma prática reguladora, que sustenta as relações comerciais: o mercado livre de comércio (PETRINI, 2015). Isso significa, que o verdadeiro enfoque da política agropecuária nacional é voltado ao mercado, devido a presente expansão agrícola no território nacional (MARQUES, 2020) e é pautada majoritariamente para a exportação comercial e pouco contribui para a diminuição das desigualdades e cooperação entre campo-cidade.

Monte-Mór (2006) atenta para o fato de que o espaço urbano e o espaço rural não se separam completamente, uma vez que ambos incorporam aspectos um do outro (MONTE-MÓR, 2006). Isso porque as interações campo-cidade vão além da questão espacial, contemplando uma série de relações culturais e socioeconômicas (MONTE-

-MÓR, 200).

Considerando que o campo prossegue se mecanizando e que métodos de plantio globalizados se espalham por todo território nacional (MARQUES, 2020), observa-se um cenário onde os alimentos industrializados, as comidas processadas e os vegetais transgênicos atingem espaço na cadeia alimentar da sociedade e, não menos importante, se tornam elementos mercadológicos. Dessa forma, a conversão da produção de alimento em mercadoria menospreza, portanto, sua relação social e cultural de produção, onde a globalização capitalista de exploração cada vez mais distancia o consumidor da origem de sua comida.

222

## **O alimento como elemento mercadológico**

As interrelações entre o campo e a cidade estão relacionadas à forma de alimentação da sociedade, na medida em que a maioria da população mundial reside no meio urbano - 54% da população reside em áreas urbanas e, no ano de 2050, a previsão é que esse percentual aumente para 66% (ONU, 2012).

À vista disso, circunstancialmente ocorre o distanciamento entre o campo e a cidade e do homem e a natureza, dificultando o entendimento dos processos sociais. Cada vez mais o habitante do meio urbano está distante, física e conscientemente da origem dos produtos que o alimen-

ta, decorrência de sua desconexão com o meio rural.

Harvey (2016) enfatiza o “mistério da mercadoria”, que ocorre no momento onde a mercadoria “dá um salto” e se torna um produto, entrando em circulação. Esse salto se dá, segundo o mesmo autor, a margem de lucro do construtor, que disponibiliza o capital necessário, e o custo de aquisição, aluguel ou arrendamento da terra, que precisam ser agregados para que o valor de uso adquira o valor de troca. Desse modo, os centros urbanos passam a ser bem mais do que o local de concentração do excedente alimentar e de toda produção agrícola, mas, também, um ambiente modernizado, transformado industrialmente e que redistribuí ao campo a partir da cidade (SINGER, 1973).

A produção alimentar industrial, atrelada ao aumento populacional nas cidades, resultam em condicionantes divisorias entre grupos na cidade e no campo. Por outro lado, a população do meio urbano se apropria da produção alimentar excedente advinda do campo. Isso é reflexo do ciclo de rotação do capital, que representa a conexão entre o espaço construído ao espaço urbano – com a necessidade de utilização tanto para a produção, quanto para o consumo (JARAMILLO, 1982).

Os principais entraves desse cenário são a preponderância dos agentes capitalistas usando a terra como um bem

privado, o que dificulta seu acesso a pequenos produtores e agricultores (JARAMILLO, 1982), passando a terra então a ter um caráter mercadológico, se apresentando como um objeto com valor de uso, emergindo a *agricultura empresarial* (CORIAT, 1983; VAN DER PLOOG, 2016). Além do mais, aumentam-se as tensões nos espaços urbanos, implicando em novos caminhos para o desenvolvimento das forças produtivas, através da intensificação do comércio e na maior produtividade no espaço urbano.

224

A difusão da conceituação do alimento como mercadoria ganha cada vez mais enfoque, buscando servir aos anseios da indústria do consumo, dificultando a conexão entre produtor-consumidor e, por sua vez, campo-cidade. Nesse cenário, a indústria urbana revoluciona a tecnologia agrícola, fornecendo ao campo seus principais instrumentos de produção (MARQUES, 2018), dissociando os produtos agrícolas da população urbana.

Observando então o sentido mercadológico do alimento, atrelado ao liberalismo global, a supremacia de grandes redes varejistas – como os supermercados – emergem como outra problemática relacionada ao distanciamento entre o campo e a cidade, dando caráter impessoal as relações de consumo e socioculturais.

## Os supermercados e o “não-lugar”

As indústrias voltadas ao ramo alimentício do século XXI polarizam cada vez mais a cadeia produtiva, abraçando a agroindústria, o processamento dos produtos e sua distribuição (SÁ, 2014). De forma geral, o capital e sua reprodução nas cidades, como a construção de grandes empreendimentos, são dessemelhantes aos processos de produção de outros setores, ocorrendo de forma articulada com o Estado (JARAMILLO, 1982; MARICATO, 2011).

No início do século XX, o surgimento das grandes redes varejistas – como os supermercados – é exemplo de um modelo econômico bem-sucedido. Antes de 1930, a maior parte dos alimentos eram comprados em pequenas mercearias locais. A partir de então, os supermercados tiveram seu desenvolvimento impulsionado por questões sociais, como a difusão dos sistemas viários e dos automóveis, atrelados à criação da mídia nacional de massa (LEVY; WEITZ, 2000).

Além disso, as mercadorias passam a ser expostas cada vez mais próximas do cliente, dando caráter de liberdade à escolha dos produtos, mudando o padrão da relação de compra – antes, o balconista era responsável por intermediar essas ações – e nasce o *autosserviço*, sistema o qual o próprio consumidor escolhe o produto e efetua sua compra (RENNÓ, 2006). Ou seja, o processo de mecanização

que ocorreu no campo há algumas décadas agora ocorre nas esferas urbanas, com a substituição dos funcionários por sistemas de automação, alterando toda a estrutura organizacional desses espaços, modificando as relações de compra (RENNÓ, 2006).

Com inerente crescimento das redes de supermercado – a partir da incorporação do *autoserviço* - atrelado à expansão agrícola capitalista, o esvaziamento das relações interpessoais nesses espaços ganha cada vez mais destaque, e o distanciamento entre o produtor do mercado alimentício e o consumidor se faz cada vez mais distante.

226

Esse modelo elevou ganhos econômicos, alavancando o crescimento e a diversidade dos produtos apresentados nos supermercados, levando, muitas vezes, ao consumo excessivo. Baudrillard (2008) e Marques (2018) se complementam, afirmando que esses novos modelos de consumo contribuíram para a “*sociedade do consumo*”, pautado no modelo acumulativo das sociedades contemporâneas, levando à crescente desigualdade de distribuição de riqueza.

Esse sentimento é corriqueiramente explorado nos supermercados, vide à exposição de produtos diversos e em demasia. Nesses locais, os espaços são planejados para exponenciar o consumo, sem preocupação com relações de trocas socioculturais, obedecendo uma padroni-

zação internacional, permeando uma noção de segurança física e econômica, que enfatizam os valores sociais considerados produtivos (RENNÓ, 2006). Em contrapartida, as relações comerciais e interpessoais são excluídas, gerando a noção de impessoalidade, fruto do modo de vida individualizado que as pessoas estão sendo submetidas. Apesar de existirem recursos humanos neste modelo de mercado, as relações sociais são praticamente inexistentes e os valores humanos de troca são distanciados.

Como resultado, surge a conceituação do “*não-lugar*”, caracterizado por sua estrutura pretensamente global, criando uma homogeneização que desvaloriza os conceitos socioculturais, acarretando perda da individualidade do território (COSTA, 2014; TORRES, 2014). O termo “*não lugar*” foi utilizado pela primeira vez por Augé (1992), ao questionar de que forma os “*não lugares*” resultam numa perda de nós mesmos como grupo (sociedade), prevalecendo o indivíduo isolado ou “*solitário*”, relacionados à centros comerciais por Sá (2014).

O supermercado e as redes varejistas entram nessa conceituação, pois neles há o esvaziamento das relações socioculturais e o espaço-tempo são cada vez mais escassos, visando somente o lucro (TORRES, 2009). Aspectos de “*aproximação*” visam apenas o ponto de vista capitalista, e estratégias de promoção são somente ferramentas para o consumo (AUGÉ. 2005). De acordo com Sá



(2014), as transformações, por exemplo, das mercearias para os autosserviços, permitem a conscientização da substituição da cidade antiga (lugar antrópico e sociável) pela “nova cidade” (“não lugar” e individualista).

As consequências desse novo sistema vão além do espaço urbano, visto a reorganização de toda estrutura da cadeia alimentar que as redes varejistas levam, uma vez que são elas que regem as regras de fornecimento, o preço, o método de plantio, o padrão de aparência e, por fim, as condições trabalhistas dessa cadeia (TORRES, 2014). Ademais, os pequenos produtores do campo estão presos em uma rede de comércio onde não possuem autonomia nas relações capitalistas, uma vez que todo esse sistema está na mão de poucos agentes, monopolizando toda a cadeia produtora alimentícia

228

Assim, o formato padronizado de produção e o sistema de *autosserviço* distanciam, cada vez mais, as relações interpessoais, distanciando os produtores dos consumidores. Todavia, algumas propostas são possíveis para recuperação dessas relações nas cidades, além da presente busca da conexão entre o campo e a cidade.

## **O Alimento como promotor de transformação socioespacial**

Atualmente, como foi possível constatar, a produção alimentícia está vinculada ao latifúndio, regido pelos agen-

tes capitalistas, dentre eles, as grandes redes varejistas. Todavia, são apresentadas algumas alternativas para produção de alimentos que o desvincula de seu caráter mercadológico, propondo metodologias que superem os modelos capitalistas de produção e controle das relações campo-cidade.

A produção agrícola em uma escala local é uma delas (MARQUES,2020), uma vez que a interrelação entre o produtor e a população é maior, tendo caráter identitário (PETRINI, 2015). Chayanov (1986) defende a necessidade de uma transformação no campo, procedendo uma nova forma de produção agrícola que deve ser controlada pelos pequenos produtores rurais, para aumentar sua coletividade. Por fim, Abramovay (1998) defende a modernização das técnicas agrícolas aos pequenos produtores, para facilitar a integração com centros urbanos.

Outra forma de aprimorar as relações dicotômicas entre campo-cidade no Brasil são as cooperações, que, se diferem das cooperativas que são estruturas essencialmente capitalistas. Schneider (1981) afirma que o cooperativismo típico:

Quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada pela 'livre iniciativa', tende a aprofundar as desigualdades existentes. Na verdade, o sistema opera dentro de um marco de mudanças 'permitidas' que, do ponto de vista estrutural, são necessariamente marginais. Por isso, continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma

formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo (SCHNEIDER, 1981, p.31).

Em suma, o cooperativismo rural brasileiro se contradiz no fato de beneficiar-se das condições estruturais para crescer privilegiando o econômico em detrimento do social. A cooperação, por outro lado, pode ser entendida como ação social espontânea ou organizada, que se configura a partir de

uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes (SCOPINHO, 2007, p.88)

230

Scopinho (2007) destaca ainda, que, através da dimensão da cooperação, as condições para desenvolver a sociabilidade são favorecidas, aliadas à geração de renda a partir da agricultura familiar, o que é essencial para possibilitar a permanência das famílias no campo e evitar novos êxodos rurais. Outra característica dessas cooperações são as iniciativas conjuntas para adoção de métodos sustentáveis de plantio, destacando-se a agroecologia, a sintropia e a permacultura.

A primeira aborda uma perspectiva holística, baseada no senso comum, vinculando os saberes populares so-

bre o espaço rural ao conhecimento científico acadêmico (GLIESSMAN, 2001), e sua produção é voltada ao mercado local e regional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2015). A segunda e a terceira também são propostas alternativas ao modelo de produção capitalista, utilizando-se da recuperação do solo através do seu uso, observando condicionantes naturais do espaço, como a formação do solo, regulação do clima e favorecimento do ciclo da água, organizando os cultivos de forma em que haja o mutualismo (GOETSCH, 1997) - práticas apontadas por Marques (2020) como uma alternativa sustentável à produção agrícola. Apesar de heterogêneas em sua conceituação, elas abordam uma questão em comum: constituir uma relação entre campo e cidade que condicione a sustentabilidade local, socioeconômica, cultural e ambiental.

Além desses pontos em comum, estas técnicas - agroecologia, a sintropia e a permacultura – atribuem caráter democrático à produção agrícola, uma vez que aproximam uma diversidade de produtores que vão desde agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e vulneráveis. No Brasil e em outros países América Latina, Caribe e Europa, esta temática mobilizou comunidades inteiras, associações e instituições à organizarem os Encontros Nacionais de Agroecologia, para debater questões emergentes e trocar experiências (ANA, 2019).

Esses encontros são relevantes para a elaboração de iniciativas e planos de ação como, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), ambos vinculados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Através do PNAE os gestores públicos de estados e municípios devem “destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para comprar alimentos diretamente das famílias agricultoras e fazer os alimentos chegarem às casas de estudantes da rede pública de ensino” (ANA, 2020). Já o PAA “viabiliza a aquisição de alimentos da agricultura familiar para abastecimento de populações em situação de insegurança alimentar” (ANA, 2020).

Vale ressaltar a relevância do estímulo à agricultura familiar e à incorporação de técnicas sustentáveis de produção de alimentos, devido seu caráter universal, rompendo com paradigmas contemporâneos na produção alimentícia. Questões como o direito à terra rural, com a desconstrução do sistema latifundiário, a garantia do cumprimento da função social da propriedade e o estreitamento entre o vínculo cidade-campo, podem ser beneficiadas deste estímulo.

Todavia, somente a produção de alimentos através de formas alternativas não rompe totalmente o distanciamento entre o campo e a cidade, sendo necessários movimen-

tos que conectem, de fato, a população desses espaços, buscando trazer de volta relações interpessoais. Para tal, é fundamental o entendimento da morfologia urbana e dos produtos que ali circulam.

Sobretudo, com a influência do capital e seus agentes na gestão urbana (MELO, 2013), os espaços públicos, outrora ativos, se tornaram negligenciados (TAKAKI; COELHO, 2008) (FILHO, 2020) e passaram a ser considerados um espaço residual entre as construções desses agentes. Desta forma, medidas que reconquistem o espaço público como forma de efetivação das relações interpessoais, são promissoras. Uma proposta se baseia na valorização de feiras livres, uma ferramenta que atua como mecanismo de renda para os feirantes e pequenos produtores (ROCHA et al, 2013) e, em suas múltiplas esferas de promoção espacial, representa uma forma de comércio que proporciona profundas trocas comerciais, culturais e sociais, vinculando os produtores do campo à população da cidade e estreitando relações interpessoais (AMOR et al, 2012; CUNHA, 2014; SOUZA *et al*, 2017).

Um exemplo simbólico desta proposta é o Mercado do Ver-o-peso, em Belém (PA), estabelecido oficialmente como um centro comercial no ano de 1897, de acordo com o IBGE. Assim como a grande maioria dos centros comerciais que dependiam dessas conexões socioculturais para acontecer, a feira, ao longo do século XX, sofreu

impactos negativos devido à inserção do modelo capitalista de produção e, no ano de 1999, os arquitetos Jorge Aostoga e Luis Cândido Campos venceram uma licitação para revitalização do complexo, buscando a retomada do local como um importante espaço socioespacial e econômico. A revitalização foi realizada, e hoje o Complexo do Ver-o-peso é um importante espaço cultural, turístico e social para o município de Belém. Além do mais, o espaço representa um significativo polo comercial, onde produtor e o feirante têm caráter participativo na economia e no fluxo de capital da região (SOUZA; SILVA, 2009).

Outros exemplos dessa tipologia comercial são a Feira Meia Dois Nove, em Ananindeua, na região metropolitana de Belém, e a Praça Isreal Plads/Cobe em Copenhague, na Dinamarca. A primeira é uma edificação concebida para a realização de feiras semanais, em uma das principais vias municipais, e a segunda é uma praça revitalizada que atua como centro comercial dos produtores regionais.

De forma geral, as feiras livres são uma alternativa oposta ao mercado capitalista que rege o sistema econômico nacional e mundial, visto suas diversas condicionantes, que conectam o trabalhador do campo à cidade, estreitando os vínculos entre essas espacialidades, através de relações interpessoais e do caráter identitário que possuem, indo de encontro ao proposto pelas redes varejistas, como os supermercados.

Além das feiras livres, pode ser implementada nos espaços públicos urbanos a agricultura urbana e periurbana (AUP), que incorpora diversos aspectos - produção, transformação e prestação de serviços - resultando em produtos agrícolas e pecuários voltados ao consumo próprio. Também são frequentes na AUP as práticas de trocas, doações ou comercialização, promovendo a utilização sustentável dos recursos e bens locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra e saberes). Assim, vale considerar que essa possibilidade é plausível e viável nos espaços urbanos, contribuindo significativamente para eliminar o distanciamento entre o campo e a cidade e atenuando a visão do alimento como um elemento mercadológico.

No âmbito nacional, verifica-se que 75% das vivências relacionadas à AUP se dão em regiões metropolitanas. Na Zona Sul da cidade de São Paulo, por exemplo, são identificadas algumas dessas iniciativas, nos distritos de Parrelheiros e Marsilac (SUSTENTAREA, 2019). Para ampliar e estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades, o Governo Federal lançou, em 2018, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Por meio de implantação de hortas e viveiro de mudas, criação de pequenos animais e realização de atividades educacionais de capacitação, espera-se:

potencialização das ações de segurança alimentar e nutricional; contribuição para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres; promoção



da educação ambiental e do reaproveitamento e da reciclagem de resíduos orgânicos; estímulo ao convívio social e às atividades culturais relacionadas com a produção agrícola; capacitação técnica e de gestão para os agricultores urbanos; estímulo a hábitos sustentáveis e saudáveis; implantação de produção agroecológica com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa, dentre outras instituições e associações (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

236

Outras propostas alternativas são a organização de pequenas comunidades urbanas e associação de condomínios para a efetivação de parcerias diretamente com pequenos produtores rurais, beneficiando as famílias de ambas as comunidades. Um dos exemplos mais representativos deste tipo de alternativa é o projeto “Campo Favela” que beneficia cerca de 1.300 pequenos produtores agrícolas da região de Piedade e do Vale do Ribeira e mais de 29 mil famílias das comunidades Heliópolis, Jardim Colombo, Cidade Tiradentes, Capão Redondo, Paraísoópolis, São Miguel, Comunidades Indígenas Guaviraty, Itapoã, Ka’aguy Poty, Araça Mirim, Pindoty, Pakurity e Jetyty, Boqueirão e Eucaliptal (Santo André) e Complexo da Maré (RJ) (INSPEER, 2020).

A ideia central do projeto é planejar a logística para prover alimentos saudáveis (ovos, frutas, legumes e verduras), diretamente dos pequenos agricultores para as favelas. Os pequenos produtores agrícolas conseguem adquirir lucro maior do que se vendessem para redes varejistas

e, simultaneamente, os consumidores finais, através das associações locais das favelas, adquirem a produção por um valor menor quando comparado aos valores vendidos em grandes supermercados (INSPER, 2020).

Ao firmar parceria com o produtor dos alimentos, a comunidade se conscientiza da origem do alimento e a relação campo-cidade é estreitada. Isso ocorre em muitas vendas de produtos direto do produtor, que vêm sendo impulsionadas pela facilidade de acesso aos meios de comunicação, incluindo a disponibilidade de aplicativos de mensagens e delivery. Isso tudo devido, principalmente, à ampliação do acesso à internet via satélite na área rural (BRASIL, 2020).

## Considerações Finais

A representação do alimento como um produto mercadológico é um reflexo dos processos econômicos capitalistas que habitamos no mundo contemporâneo. As grandes redes de varejo, como os supermercados, contribuem para essa denominação, substituindo toda a cadeia de relação entre os produtores do campo e os habitantes da cidade.

Progressivamente, os processos de urbanização e de acúmulo de capital – atrelados ao solo como um objeto de valor – contribuíram para a reprodução do campo da forma em que estamos habituados a

partir da metade do século XX, como o latifúndio, a monocultura e suas políticas agroexportadoras. Anteriormente, a revolução comercial e a revolução industrial já amostravam um cenário de acumulação de capital e de desigualdades socioeconômicas entre as populações nesses espaços.

O distanciamento entre relações cidade-campo, desse modo, se tornou cada vez mais evidente, atuando de forma exclusiva, e as grandes redes de varejo contribuíram para a diminuição de relações interpessoais entre o produtor e o consumidor, através de ferramentas como o *autosserviço*, visando apenas o lucro. Desta dinâmica, surge o questionamento acerca dos “não lugares”, que desfavorecem as relações interpessoais, prevalecendo o individualismo.

Na contramão desse cenário, métodos alternativos promovidos pela agricultura familiar e pelas cooperações, como a agroecologia, a permacultura e a sintropia, propõem uma utilização do espaço físico e da natureza de modo a respeitar suas características e desvincular sua produção de todo processo econômico contemporâneo. Todavia, somente essa alternativa não resolveria toda problemática levantada, principalmente a questão do distanciamento campo-cidade.

Paralelamente, a retomada das feiras livres e iniciativas de logística comunitária ou fornecimento direto, visto seu alcance a pequenos produtores de caráter regional, apresentam-se como possibilidade de viabilizar a supracitada busca de relações interpessoais entre os produtores e consumidores, conectando esses espaços tão dicotômicos - mas, ao mesmo tempo, relacionados, historicamente e estruturalmente. Da mesma forma, iniciativas de agricultura urbana e periurbana também permitem essa conexão e, juntamente com as feiras-livres, promovem a utilização dos espaços públicos comumente negligenciados e apresentam-se como ferramenta de transformação espacial.

239

Essas propostas de técnicas alternativas e sustentáveis de produção, bem como a apropriação dos espaços, são capazes de desencadear uma interação mais direta entre campo e cidade, além de impulsionar a mobilização coletiva dos agentes. Isso se deve à indução à consciência da origem da produção alimentícia, ao firmamento das relações interpessoais, ao estreitamento da relação entre produtor e consumidor e ao afastamento do conceito de “não lugar”.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de

Alexander Chayanov. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.12, v.32, p. 69-74, 1998.

AMOR, Ana Lúcia Moreno et al. Perfil de manipuladores e consumidores de hortaliças provenientes de feiras livres e supermercados. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, n.36, v.3. p. 792-815. 2012.

ANA. **Debate público “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” acontece na UnB.** Articulação Nacional de Agroecologia: Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2019/03/12/debate-publico-agroecologia-e-democracia-unindo-campo-e-cidade-acontece-na-unb/>> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Articulação Nacional de Agroecologia.** Articulação Nacional de Agroecologia: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/>> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

AUGÉ, Marc. *Domaines et chateau*. Paris: Éditions du Seuil. 1989.

\_\_\_\_\_. *Não Lugares – introdução a uma antropologia de sobremodernidade*. 1ª ed. Lisboa, 90 Graus. 2005 (1992).

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Por-

tugal. Edições 70. 2008.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.

CASTELLS, Manuel. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. 1º ed. Barcelona: Gustavo Gili. 1973.

241

CHAYANOV, Alexander. *The Theory of Peasant Economy*. 1º ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. 1986.

COSTA, Ana Amélia Gonçalves da. Rakushisha: Heterotopias, não-lugares e silêncio. *Letrônica*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.351-365. 2014.

CORIAT, Benjamin. *O Processo de Trabalho de Tipo "Canteiro" e sua Racionalização: observações sobre algumas tendências da pesquisa atual*. In: O TRABALHO EM CANTEIROS: PLANO CONSTRUÇÃO E HABITAT, 1983, Paris. Anais de Colóquios: O Trabalho em

Canteiros: Plano Construção e Habitat, Paris, França, 1983, p.16-17.

CUNHA, Jeyselle Gonçalves da. **A feira livre do município de Mari-PB: uma análise histórica, geográfica e socioeconômica**. 2014, 23p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual da Paraíba, Graduação em Geografia, Centro de Humanidades, Guarariba.

DEÁK, Csaba. **A Cidade: do Burgo a metrópole**. **Espaço & Debates**, São Paulo, v.11, n.34, p.113-119, 1991.

242

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos: volume II**. São Paulo: Edições Sociais. 1976, p.39-116.

FILHO, João Bosco Moura Tonucci. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebviana. **Rev. Direito e Práx**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1. p. 370-404, mar. 2020.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 4º ed. 2002.

GLIESSMAN, Sthepan. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.

INSPER. **Projeto Campo Favela leva 367,2 toneladas de alimentos para famílias carentes**. Insper: São Paulo (SP). 2020. Disponível em: < <https://www.insper.edu.br/noticias/projeto-campo-favela-367-toneladas/>>. Acesso em: 8 de jan. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Boulevard Castilhos França : Belém (PA). Biblioteca Catálogo On-line**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42419&view=detalhes>> Acesso em: 28 de nov. 2019.

243

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construido en Bogotá. In: PRADILLA, Emilio (Org.). **Ensayos sobre el problema de la vivienda en México**. México: Latina UNAM, p. 149-212. 1982.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC. 1980.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo:



Annablume. 2006.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVY, Michael; WEITZ, Barton. **Administração de Varejo.** São Paulo. Atlas. 2000.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **Direito à agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável.** 1. ed. Curitiba, PR: Prismas, 2016.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-omega. 1978.

244

\_\_\_\_\_. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raichelis (Org.) **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública.** São Paulo: EDUC, 2009, Posfácio, p269 - 293.

\_\_\_\_\_. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 2011.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e o Colapso Ambiental.** 1º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pandemics, Existential and non-Existential Risks to Humanity.** **Ambiente e Sociedade,** São

Paulo, v.23. jul., 2020. Disponível em:< [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2020000100911&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2020000100911&lng=en&nrm=iso)> . Acesso em: 15 de dez. de 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1º ed. 1983.

MELO, Wanderson Fábio de. A Ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro de Habitação. **Verinotio**, Rio das Ostras, n.17, p.91-101, abr. 2013.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Agricultura Urbana**. Governo Federal: Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/agricultura-urbana/agricultura-urbana-1>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

MONTE-MÓR, R.L.M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2006.

MONTE-MÓR, R.L.M.. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In Feldman, S.; FERNANDES, A. (Eds.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador, EDUFBA, P. 93-114, 2007.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.8, n.2., p.39-52, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Núcleo de estudos em Agroecologia e Produção Orgânica. In: **Curso de formação em Agroecologia para a Agricultura Familiar Camponesa**. 2. ed. Uberlândia, MG: [s.n.]. 30 p. v. 1. 2015.

PETRINI, Carlo. **Comida e liberdade: slow food - histórias de gastronomia para a libertação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2015.

246

Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations. **World Urbanization Prospects: The 2011 Revision**. Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations: New York, 2012.

POZZETTI, Valmir César.; SANTOS, Ulisses Arjan Cruz dos.; MICHILES, Marcele Pacifico. O direito humano à alimentação saudável: da revolução verde ao projeto de lei de proteção de cultivares (PL nº 827/2015). **Relações Internacionais do Mundo Atual**, Curitiba, v. 22, n.3. 2019. Disponível em:< <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3906/371372237>>. Acesso em:0 de jan.2021.

PRADILLA, Emilio. Política Social de Vivienda Y Urbanización em América Latina. **Transcripción de la conferencia que ofreciera Emilio Pradilla em al Centro Latinoamericano de trabajo social.** 1980.

QUIJANO, Aníbal. “La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”. In: CASTELLS, Manuel. (Comp.). **Imperialismo y urbanización en América Latina.** Barcelona: Gustavo Gili, p. 141-166. 1973.

RENNÓ, Raquel. *Do mármore ao vidro: mercados públicos e super-mercados, curvas e retas sobre a cidade*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Brasiliense. 1º ed. 88 p. 1994.

\_\_\_\_\_. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. 2015.

ROCHA, Francisco Angelo Gurgel et al. Características socioeconômicas dos comerciantes de plantas medicinais de Currais Novos/RN. *Holos, Natal*, v.4. p. 87-100. 2013.

SÁ, Teresa. *Tempo Social. Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26. n. 2, p. 209-229 2014.

SANTOS, Milton. São Paulo, *Metrópole Corporativa. Revista de Adm. Pública*, n.23, v.1. 1989.

\_\_\_\_\_. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: *Economia espacial: Críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp. 2003.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, p. 11-40, 1981.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**. v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 1º ed. São Paulo. Contexto. 1973.

\_\_\_\_\_. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega. 1978. Cap. 1, p. 21-37.

SOUZA, Eliane Santana.; SILVA, Patrícia da. Perfil socio-educacional e identidade do feirante de Itabaiana– SE. **Revista Psicologia & m foco**, Aracaju, v.2, n.1, p. 66-76, jan/jun 2009.

SOUZA, Erika de et al Prospecção socioeconômica em feiras livres: o caso do Complexo do Ver-o-Peso, Belém, Pará, Brasil. **Revista Espacio**, Caracas, vol.36, n.36 p. 5-14. 2017.

SUSTENTAREA. **Você sabe o que é Agricultura Urbana e Periurbana?**. Núcleo de Extensão da USP sobre alimentação sustentável: São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2019/10/28/agricultura-urbana-e-periurbana/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

TAKAKI, Emika; COELHO, Glauci. A experiência da Ação Cultural Hip-Hop sob o Viaduto de Madureira no Rio de Janeiro. **Risco - Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo**, São Paulo, v.8, n.8, p.126-137. 2008.

TORRES, Desire Blum Menezes. Fotografias de um não-lugar e a transposição da comunicação em supermercados de rede. **Discursos fotográficos**, Londrina. v.5, n.6, p.35-58, jan/jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Supermercado: Um não lugar**. Rio de Janeiro: Riozoma, 2014.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DĚAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp.1999. Cap. 6, p. 170-243.

\_\_\_\_\_. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP. 2001.